

AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA: *uma proposta de estudo das ações afirmativas à luz da reflexão freiriana acerca da Educação Popular*

MAURÍCIO SILVA⁷⁶

RESUMO

O presente artigo busca analisar como se configura as questões étnico-raciais nos modelos populares/alternativos de universidades brasileiras. O objetivo é discutir políticas de ações afirmativas relacionadas tanto à preparação quanto ao acesso e à permanência do alunado afrodescendente nas instituições de ensino superior brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE

Educação, ensino superior, universidade popular, questões étnico-raciais.

ABSTRACT

This paper analyzes how to set up the ethno-racial issues in popular/alternative models of universities in Brazil. This article discusses the affirmative action policies related to both the preparation and the access and permanence of African descent students in Brazilian higher education institutions.

KEYWORDS

Education, higher education, popular university, ethnic and racial issues.

76. Possui doutorado e pós-doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas pela Universidade de São Paulo (USP). É professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação, na Universidade Nove de Julho (Uninove) e autor dos livros *Sentidos Secretos. Ensaios de literatura brasileira* (São Paulo: Altana, 2005); *A Hélade e o subúrbio. Confrontos literários na Belle Époque carioca* (São Paulo: Edusp, 2006); *A resignação dos humildes. Estética e combate na ficção de Lima Barreto* (São Paulo: Annablume, 2011) entre outros. Contato: maurisil@gmail.com.

JUSTIFICATIVA

Este trabalho se justifica pela necessidade, cada vez maior, numa sociedade discriminatória e excludente – como é a sociedade brasileira –, de estudar as questões étnico-raciais no universo da educação, em especial no ensino superior brasileiro, em que o índice de alunos afrodescendentes (comparativamente a outros estágios da formação, em especial ao ensino básico) é particularmente baixo (JACCOUD; THEODORO, 2005).

Com efeito, a precariedade da situação educacional do negro no Brasil, fato verificado historicamente (GONÇALVES, 2003), levou o contingente populacional de afrodescendentes a uma drástica situação de abandono, o que, sem dúvida alguma, se reflete no fato de haver, entre a população negra, um baixo índice de participação nas universidades brasileiras, o que mostra a necessidade de medidas que corrijam as desigualdades de acesso e garantam a manutenção desse contingente nas universidades (GUIMARÃES, 2003).

Como demonstram alguns estudos sobre o ensino universitário no Brasil, de modo geral, a educação superior constitui um bem cultural acessível a uma minoria que pertence a classes socialmente favorecidas (VIEIRA, 1989). Percebe-se, contudo, uma tendência no sentido de buscar corrigir desvios históricos implantados na sociedade brasileira, adotando-se ações compensatórias dentro de um amplo espectro de políticas públicas direcionadas ao alunado afrodescendente egresso do ensino básico.

Assim, dos fatos e das ações acima expostos, resultaram não apenas políticas públicas destinadas ao acesso e manutenção do afrodescendente na universidade brasileira, mas também uma legislação específica que lhes pudesse conferir sustentação legal. Trata-se do que se convencionou chamar, genericamente, de *ações afirmativas*, que incluem uma série de ações governamentais, que vão da concessão de bolsas e da preparação pré-vestibular até o financiamento e implementação de estratégias e metodologia de ensino, passando ainda pela instituição de cotas raciais.

OBJETIVO

A questão das relações étnico-raciais na universidade passa, necessariamente, pelo reconhecimento da necessidade e pela aplicação de ações afirmativas, que se desdobram em pelo menos três atitudes distintas, mas complementares: a efetivação de marcos normativos e legais, a criação de uma estrutura administrativa gerenciadora de políticas públicas e a implementação de políticas compensatórias voltadas para as etnias não hegemônicas e/ou historicamente oprimidas.

Tais atitudes têm sua gênese direta ou indiretamente vinculada à concepção de Educação Popular, advinda do legado freiriano. Com efeito, não é difícil perceber, nos embates travados em favor da expansão dos direitos voltados à população afrodescendente – desde as lutas históricas do Movimento Negro no Brasil, a partir de meados do século XX –, aquela ideia de *resistência* que se verifica em pelo menos dois dos fundamentos da Educação Popular: um processo geral de reconstrução do

saber social (educação da comunidade) e um trabalho político de luta por transformações sociais e justiça social. Com efeito, como demonstram Carlos Brandão e Raiane Assumpção (2009) – ao nos remeter à memória de algumas das reivindicações do Movimento Negro e dos projetos de popularização da educação para a população afrodescendente –, a Educação Popular promove a passagem de uma educação para o povo a uma educação que o povo cria, uma educação por meio da qual “ele [o povo] não se veja apenas como um anônimo sujeito da cultura brasileira, mas como um sujeito coletivo da transformação da história e da cultura do país” (idem, p. 33). Em outros termos, “a Educação Popular não é uma atividade pedagógica *para*, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do *saber compartilhado* cria a experiência do *poder compartilhado*” (idem, p. 35).

Esse princípio está, como sugerimos, na base do pensamento freiriano acerca da educação, mas tem também repercussões na própria consideração de Paulo Freire sobre o processo (e o projeto) colonizador do qual a população negra – dentro e fora do Brasil – foi sua maior vítima. De fato, nas palavras de Freire, ao tratar mais especificamente de sua experiência com a população de Guiné-Bissau, mas sem dúvida alguma podendo ser adaptadas para o contexto brasileiro:

[...] a ideologia colonialista, procurava incutir nas crianças e nos jovens o perfil que deles fazia aquela ideologia. O de seres inferiores, incapazes, cuja única salvação estaria em tornar-se “brancos” ou “pretos de alma branca”. Daí o descaso que essa escola necessariamente teria de ter por tudo o que dissesse de perto aos nacionais, chamados de “nativos”. Mais do que descaso, a negação de tudo o que fosse representação mais autêntica da forma de ser dos nacionais: sua história, sua cultura, sua língua (FREIRE, 1977, p. 21).

É nesse sentido, ainda, que merece destaque a reflexão de Paulo Freire acerca do lugar que o oprimido ocupa na sociedade, considerando – aqui, no contexto específico das populações afrodescendentes, historicamente oprimidas por um processo de modernização estrutural da sociedade de natureza excludente (FERNANDES, 2007) – a necessidade de uma busca constante da liberdade:

[...] a liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. Não é ideia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos (FREIRE, 2010, p. 37).

Considerando a importância do tema, buscar-se-á destacar a análise das questões étnico-raciais no âmbito das *universidades populares*, ou seja, aquelas que se aproximam do conceito forjado, num primeiro momento, no contexto do Fórum Social Mundial (GADOTTI, 2003). Para tanto, foram selecionadas algumas universidades

que – seja pelas premissas regimentais que as gerenciam e pelo histórico de sua origem e constituição, seja pelo escopo ideológico que as fundamenta e pelo interesse do projeto na diversidade regional – podem ser consideradas exemplos de universidades populares no Brasil.

PROCEDIMENTOS

Discutir os marcos regulatórios e os programas governamentais de inclusão da comunidade afrodescendente nas chamadas universidades populares mostra-se relevante na medida em que se verifica uma série de ações e modalidades de inclusão – desde políticas compensatórias até ações afirmativas, passando por incentivos de natureza diversa – presentes nas instituições de ensino superior brasileiras, sem, contudo, que haja um conjunto relevante de estudos particularmente voltados para esse tema, em sua correlação com as instituições universitárias de extração popular, as que aqui demos o nome de universidades populares. Tal estudo é inovador exatamente porque aborda um aspecto pouco estudado do problema, uma vez que, de certa maneira, ao se institucionalizar, o conceito de *popular*, vinculando-o à instituição universitária, tende – como hipótese – a encobrir/dissimular os processos e os efeitos discriminatórios sofridos pela população afrodescendente nesse contexto.

Portanto, com base nas duas definições anteriormente explicitadas (as universidades populares e a Lei 10.639/2003), será realizado um estudo bibliográfico específico, uma pesquisa de mapeamento de normas e políticas públicas de natureza afirmativa e uma coleta de dados relativos às questões étnico-raciais no ensino superior brasileiro.

RESULTADOS EM ANDAMENTO

O presente projeto prevê, como resultado preliminar, expor, de modo mais preciso, a atual situação dos programas de inclusão étnico-racial no ensino superior nas universidades aqui categorizadas como populares, bem como analisar criticamente os aspectos positivos e negativos de políticas públicas exclusivamente voltadas à inclusão da comunidade afrodescendente. A pesquisa dos marcos legais, aliada ao estudo dos programas de inclusão étnico-racial no contexto universitário brasileiro, demonstra alcançar considerável impacto acadêmico e político, já que deverá repercutir positivamente na políticas públicas direcionadas à equidade social no âmbito da educação superior. O impacto alcançado parece ainda maior ao se considerar a possibilidade de apresentar, com base no estudo realizado, propostas de intervenção que possam levar à contenção/erradicação de práticas de discriminação e exclusão no ensino superior.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. *Cultura rebelde: escritos sobre a Educação Popular ontem e agora*. São Paulo: Ed,L – Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau – registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

GADOTTI, Moacir. “Universidade popular dos movimentos sociais – breve história de um sonho possível”, *Democracia Viva – IBASE*, n. 14, Rio de Janeiro, jan., 2003, p. 78-83. Disponível em: <www.universidadepopular.org/media/relatos%20oficinas/Gadotti.pdf> (acesso em 3 dez. 2014).

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. “Negros e educação no Brasil”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 325-346.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “Ações afirmativas para a população negra nas universidades brasileiras”. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (orgs.). *Ações afirmativas – políticas públicas contra as desigualdades sociais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 76-82.

JACCOUD, Luciana; THEODORO, Mário. “Raça e educação: os limites das políticas universalistas”. In: SANTOS, Sales Augusto dos. *Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Secad/Unesco, 2005, p. 105-120.

VIEIRA, Sofia Lerche. “A democratização da universidade e a socialização do conhecimento”. In: FÁVERO, Maria de Lourdes (org.). *A universidade em questão*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989, p. 11-26.